



Primeira Reunião do Mandato nos termos do Artigo 48º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Ata nº 21/2013

Data – 2013-10-21

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 15.20 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Gomes
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luis Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino Manuel Conceição Manana

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 18-10-2013:

a) Dotações Orçamentais €6.416.145,66
b) Dotações não Orçamentais €45.273,90

Total das Disponibilidades €6.461.419,56



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA
(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

01
OK

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara agradeceu a presença dos Diretores de Departamento e Chefes de Divisão do município de Abrantes e fez votos de um bom mandato.

Entregou simbolicamente o Programa de Ação a todos os vereadores e dirigentes presentes, referindo que é um programa para um horizonte de quatro anos, que decorre das prioridades estabelecidas no plano estratégico previsto para um ciclo de governação a 12 anos e cujo segundo mandato agora se inicia. Não é um programa fechado, pois será alterado sempre que se justifique.

Aproveitou para pedir o empenho de todos os presentes, quer vereadores, quer dirigentes, para que, em conjunto, possam levar por diante este desígnio que é o de servir bem os cidadãos do concelho de Abrantes.

Entregou também a todos os vereadores uma pasta que contém uma compilação da legislação importante para as autarquias locais.

Distribuiu ainda pelos vereadores a declaração sobre o valor do património e rendimentos dos titulares de cargos políticos e equiparados e a declaração inexistência de incompatibilidades ou impedimentos.



Em seguida deu conhecimento da distribuição pelos membros do executivo das áreas de responsabilidade para o atual mandato, que decorre, em parte, da aprovação da fixação de 4 vereadores a tempo inteiro que consta da ordem de trabalho. - 142416

- **Maria do Céu Albuquerque – Presidente da Camara Municipal:**
 - Coordenação Geral
 - Equipa de Projeto Desenvolvimento Económico
 - Divisão Jurídica, Administrativa e de Modernização
 - Divisão Financeira
 - Unidade Orgânica de 3º grau de Recursos Humanos
 - Proteção Civil
- **Vereador Manuel Valamatos**
 - Divisão de Manutenção, Transportes e Serviços Urbanos
 - Freguesias
- **Vereadora Celeste Simão**
 - Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo
 - Educação
 - Ação Social
- **Vereador Joao Gomes**
 - Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Pl
W

- Unidade Orgânica de 3º grau de Projetos e Empreitadas
- **Vereador Luis Dias**
 - Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo
 - Juventude
 - Bibliotecas
 - Arquivo
 - Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património
- **Restantes Vereadores**
 - Sem pelouro definido individualmente.

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento que designou, nos termos disposto no nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, Catarina Alexandra Justino Santos, para lavrar as atas da reunião de câmara, sendo substituída nas suas ausências pela Assistente Técnica, Ana Paula Aires Marques. – 142532

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento também do seu despacho que, em conformidade com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 42º e no artigo 43º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, nomeou Chefe do Gabinete de Apoio Pessoal Ana Paula Teixeira Grijó Correia Pires, a partir de 19 de outubro de 2013, referindo que permanecerá vago o lugar de adjunto. – 142426

Disse que, sob proposta dos vereadores, e em conformidade com o disposto nos artigos 42º e 43º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, nomeou também como secretários para o gabinete de apoio a vereação, a partir de 19/10/2013, Carla Alexandra Rodrigues Pereira Catarino e David Lopes Ferreira. – 142553

Tomado conhecimento.



Por fim, aproveitou para fazer a apresentação dos dirigentes aos vereadores, resumindo um pouco as funções de cada um destes na autarquia.



Em seguida, todos os vereadores, usando da palavra, fizeram votos de um excelente trabalho, em prol dos munícipes e concelho de Abrantes.

Al
Câmara

ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Nº 01 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativamente à delegação de competências da Câmara Municipal na Presidente da Câmara, conforme se transcreve:

"Considerando os poderes consignados pelo nº 1 do artigo 34º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico da autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, assim como as respetivas competências estabelecidas no artigo 33º da citada lei, proponho que a Câmara Municipal delegue na Presidente da Câmara a competência para:

1. *No âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente:*
 - a) *Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações, ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*
 - b) *Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, ao abrigo da alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*
 - c) *Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG, ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*
 - d) *Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções, ao abrigo da alínea h) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*
 - e) *Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na Lei 75/2013 de 12 de setembro, ao abrigo da alínea l) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*
 - f) *Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade, ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*
 - g) *Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, ao abrigo da alínea r) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*
 - h) *Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal, ao abrigo da alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*
 - i) *Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de*

el
w

- regulamento municipal, ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- j) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas, ao abrigo da alínea w) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - k) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos, ao abrigo da alínea x) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - l) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, ao abrigo da alínea y) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - m) Executar as obras, por administração direta ou empreitada, ao abrigo da alínea bb) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - n) Alienar bens móveis, ao abrigo da alínea cc) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - o) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, ao abrigo da alínea dd) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - p) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, ao abrigo da alínea ee) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - q) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, ao abrigo da alínea ff) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - r) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, ao abrigo da alínea gg) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - s) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, ao abrigo da alínea ii) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - t) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, ao abrigo da alínea jj) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - u) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura, ao abrigo da alínea kk) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - v) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, ao abrigo da alínea ll) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - w) Designar os representantes do município nos conselhos locais, ao abrigo da alínea mm) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - x) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, ao abrigo da alínea nn) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - y) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados, ao abrigo da alínea pp) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;

li
ca

- z) Administrar o domínio público municipal, ao abrigo da alínea qq) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - aa) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos, ao abrigo da alínea rr) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - bb) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia, ao abrigo da alínea ss) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - cc) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios, ao abrigo da alínea tt) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - dd) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município, ao abrigo da alínea uu) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - ee) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município, ao abrigo da alínea ww) da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - ff) Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados, ao abrigo da alínea xx) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - gg) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, ao abrigo da alínea yy) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - hh) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município ao abrigo da alínea zz) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - ii) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, ao abrigo da alínea bbb) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - jj) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal, ao abrigo da alínea b) do artigo 39º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
 - kk) Proceder à marcação e justificação das faltas dos membros da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do artigo 39º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.
2. Considerando as competências previstas Decreto-lei nº 310/2002, de 18 de Dezembro, na atual redação, relativamente ao exercício e fiscalização das seguintes atividades, e até à celebração dos acordos de execução nos termos do artigo 133º da Lei 75/2013 de 12 de setembro:
- a) Guarda-noturno (ressalva-se desta delegação a atribuição da licença para o exercício da atividade de guarda-noturno, por se tratar de competência própria do Presidente da Câmara, cfr. art. 5º nº1 DL nº310/2002 de 18 Dezembro);
 - b) Realização de acampamentos ocasionais;
 - c) Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão;
 - d) Realização de fogueiras ou queimadas;
3. Considerando as competências quanto a outras matérias:
- a) Autorização para realizar obras por administração direta até ao valor de 149.639,36 €, ao abrigo do nº 2 do artigo 18º em conjugação com o artigo 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho;

li
CS

- b) *A autorização para a utilização de vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, de acordo com o previsto no Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março.*
4. *Considerando as competências da Câmara Municipal em matéria de licenciamento previstos na alínea y) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delegue na presidente da câmara municipal as competências para:*
- a) *Licenciamento administrativo para realização de operações urbanísticas no âmbito das alíneas c) a f) nº2 do art.º 4º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação;*
 - b) *Aprovação da informação prévia prevista no artigo 5º nº 4 Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação;*
 - c) *Determinar, precedendo de vistoria, as obras de conservação necessárias a correção de más condições de segurança ou salubridade ou a melhoria do arranjo estético, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 89º e nº 1 do artigo 90º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação, em conjugação com o disposto na alínea w) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*
 - d) *Ordenar, precedendo de vistoria, a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 89º e nº 1 do artigo 90º do Decreto-lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, na atual redação, em conjugação com o disposto na alínea w) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;*
 - e) *Poder tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, quando o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89º do Decreto-Lei n 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação, ou não as concluir dentro dos prazos que para o efeito lhe foram fixados, de acordo com o disposto no artigo 91º do referido diploma.*
5. *Das decisões tomadas pelo presidente da câmara municipal ou pelos vereadores no exercício de competências delegadas ou subdelegadas cabe recurso para a câmara municipal, sem prejuízo da sua impugnação contenciosa, conforme o nº 2 do artigo 34 da Lei 75/2013 de 12 de setembro."*

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.



Nº 02 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, do seguinte teor: - 142420

"Nos termos do nº 2 do artº 58º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, proponho que a Câmara Municipal fixe em 4 (quatro), o número de vereadores em regime de tempo inteiro."

Deliberação: Por maioria, com o voto contra da vereadora Elza Vitório e a abstenção do vereador Avelino Manana, aprovar a proposta apresentada.

Ata da reunião de 21 de outubro de 2013

Handwritten signature and initials

A vereadora Elza Vitório disse votar contra a proposta de fixação de 4 vereadores a tempo inteiro, já que no mandato anterior a autarquia foi gerida com menos um vereador a tempo inteiro, e que, tendo presente uma gestão eficiente dos recursos deveria manter-se assim.

O vereador Avelino Manana, mantendo-se fiel aos princípios que defende, absteve-se na votação.



Nº 03 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, do seguinte teor: -142424

"Considerando que nos termos do artº 12º da Lei 50/2012 de 31/08, que define que os serviços municipalizados são geridos por um conselho de administração, constituído por um presidente e dois vogais, nomeados de entre os membros da Câmara Municipal, proponho que se delibere nomear para o mandato, com início em 19 de outubro de 2013, para o conselho de administração dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Abrantes, os seguintes elementos:

- *Para Presidente, **Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis;***
- *Para Vogal, **João Carlos Caseiro Gomes;***
- *Para Vogal, **Luís Filipe Correia Dias.***

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.



Nº 04 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, proposta para funcionamento das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Abrantes, bem como as datas de realização das reuniões no ano de 2013. – 142442

A Presidente da Câmara esclareceu que a proposta de regimento apresentada não expressava intencionalmente a hora e o dia de realização das reuniões, mas sugeriu que passassem a realizar-se às terças-feiras, pelas 09.30 horas. Referiu ainda que única distinção desta proposta face às regras em vigor no mandato anterior é que nela sugere que as reuniões passem a ser todas públicas, no sentido de estimular a participação dos cidadãos.

O vereador Avelino Manana sugeriu uma nova redação ao nº 3 do artigo 1º, no sentido de se prever a realização descentralizada das reuniões de câmara.

A Presidente da Câmara acrescentou que, sob o ponto de vista da logística, é difícil a descentralização das reuniões, pese embora sugestão fosse de encontro também à sua vontade e ao que já se sucedeu em reuniões de outra índole.

01
Cte

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, aprovar o Regimento da Câmara Municipal, que se anexa à presente ata, bem com a definição das datas de realização das reuniões de câmara para o ano 2013, nomeadamente: 5 e 19 de novembro e 3, 17 e 31 de dezembro.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 05 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 01 de outubro de 2013, acerca do pedido da Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, a solicitar autorização para a realização de peditório com vista à angariação de fundos, assim como a ocupação de espaço público com isenção do pagamento de taxas, para instalação de uma banca de publicidade destinada à venda de brindes, nos dias 30 e 31 de outubro e 01 de novembro de 2013, em Abrantes - 135933

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a realização do referido peditório, bem como a ocupação de espaço publico, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 5,44€ (cinco euros e quarenta e quatro cêntimos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 06 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 03 de outubro de 2013, acerca do pedido da Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, a solicitar autorização para a realização de peditório com vista à angariação de fundos, assim como a ocupação de espaço público com isenção do pagamento de taxas, para instalação de uma banca de publicidade destinada à venda de brindes, nos dias 18, 19 e 20 de dezembro de 2013, em Abrantes - 137756

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a realização do referido peditório, bem como a ocupação de espaço publico, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 5,44€ (cinco euros e quarenta e quatro cêntimos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Divisão Financeira

Nº 07 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 22 de setembro de 2013, acerca do pedido da TAGUS a solicitar apoio financeiro para realização, em parceria, da 12ª Edição da Feira Nacional de Doçaria Tradicional a realizar nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2013, sendo que, o orçamento apresentado ascende a 38.303,82€, tendo a Tagus solicitado apoio no montante de 37.003,82€.

Mais apresenta a Tagus, um conjunto de necessidades operacionais para as quais solicita apoio, designadamente:

- Manutenção diária das condições higiénicas do espaço (recinto e casas de banho);
- Empréstimo de cadeiras e mesas de esplanada para zona de café e respetivo transporte para o evento;
- Reparação de vidros do recinto que estejam eventualmente partidos;
- Isolamento de fendas no telhado do recinto;
- Transporte de equipamentos da TAGUS para o recinto;
- Trabalhos de manutenção das casas de banho do recinto;
- Montagem e desmontagem de palco (6mx5m);
- Apoio de eletricista durante o certame: Quadro elétrico, Instalação elétrica; Iluminação geral do espaço (interior e exterior - 8/10 projetores);
- Instalação de rede de água e esgotos para apoio aos stands;
- Colocação de extintores no recinto;
- Colocação de caixotes de lixo e vasos de flores no recinto;
- Cedência e colocação de bandeiras no centro histórico e bandeiras do evento no recinto;
- Cedência de utilização de outdoor's;
- Isenção do pagamento de taxas relativamente às licenças de ruído, recinto e atividades e publicidade;
- Autorização para a instalação de 5 tendas (5m*5m) junto ao edifício;
- Colocação de gradeamento para limitar o estacionamento de veículos durante a realização do certame;
- Proibir a circulação de veículos durante as montagens e desmontagens do evento;
- Apoio dos serviços de informação e comunicação, na conceção de imagem gráfica do evento, Folhetos, cartazes e outdoor's, elaboração de convites, Diplomas de participação para expositores e Lettering para palco e placas para portão de entrada, para a promoção e divulgação do evento (notas de imprensa, envio de sms, site do município, e-news, agenda cultural, mupis). - 135451

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio financeiro no montante de 37.003,82€, para apoio à 12ª Edição da Feira Nacional de Doçaria Tradicional, bem como autorizar a realização das necessidades operacionais solicitadas, assim como a isenção do pagamento de todas as taxas indispensáveis à realização do evento.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Desporto

Nº 08 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, respeitante a um pedido do Núcleo Sportinguista de Alferrarede, datado de 9 de outubro de 2013, a solicitar autorização para a realização do evento "I Descida do Açude de Carrinhos de Rolamentos", a levar a efeito no próximo dia 26 de outubro de 2013, pelas 14 horas, na estrada do açude. Mais solicita, apoio no transporte dos pneus para o local e dos concorrentes no decorrer da prova, assim como a presença de uma ambulância e ajuda paramédica, de forma a assegurar a segurança dos intervenientes. - 141288

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a pretensão, nos termos solicitados.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 09 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, no mandato terminado em 17 de Outubro de 2013, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 10 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo para aprovação, o regulamento de alienação de produtos municipais, designadamente pinhas de pinheiro-manso (*Pinus pinea*); azeitona de oliveira (*Olea europaea*); cortiça de sobreiro (*Quercus suber*) e material lenhoso de diversas proveniências. - 128373

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido regulamento de alienação de produtos municipais e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e vinte minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Paula da Silva

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Cet. Alexandre Justino Silva

Regimento da Câmara Municipal de Abrantes

O Regimento da Câmara Municipal de Abrantes deve ser elaborado e aprovado na reunião na primeira reunião deste órgão, para o mandato 2013-2017, de acordo com a alínea a) do artigo 39º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e tem por base a mesma lei, conjugada com a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Cet
el

Artigo 1º **Periodicidade das reuniões ordinárias**

1. As reuniões ordinárias da Câmara Municipal terão periodicidade quinzenal e realizar-se-ão, em regra, às terças-feiras no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, em Abrantes, pelas 09:30 horas.
2. A Câmara Municipal deliberará anualmente sobre a data e hora da realização das reuniões ordinárias.
3. A Câmara Municipal poderá deliberar alterar a periodicidade, o dia, a localização ou a hora de realização da reunião de câmara, devendo para isso fazer a necessária divulgação e publicitação.

Artigo 2º **Reuniões públicas**

As reuniões de câmara ordinárias serão públicas desde o seu início até ao seu termo.

Artigo 3º **Período de intervenção aberto ao público**

1. Em todas as reuniões de Câmara haverá sempre um período de intervenção aberto ao público.
2. O período de intervenção aberto ao público tem lugar no início da reunião e não deverá exceder 10 minutos por cada munícipe, nem 60 minutos por reunião.
3. Os munícipes que pretenderem intervir na reunião deverão fazer prévia inscrição, com a indicação de nome, morada, contacto e assunto e/ou processo a tratar, no serviço de atendimento, com a antecedência mínima de 2 dias úteis, sob pena de não ser possível a análise do processo e o assunto ser remetido para parecer dos serviços, transitando para a reunião seguinte.



Regimento da Câmara Municipal de Abrantes

4. No período de intervenção aberto ao público o assunto será exposto e a Câmara Municipal encaminhará o mesmo para informação, análise e posterior deliberação, se necessário.

Artigo 4º

Período antes da ordem do dia

1. Após o período de intervenção aberto ao público, e antes da ordem do dia, é fixado um período antes da ordem do dia.
2. O período antes da ordem do dia é o período de intervenção dos membros do executivo, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, no qual poderão ser apresentadas informações, pedidos de informação, sugestões e ou críticas.
3. A cada membro do executivo fica reservado o tempo máximo de 10 minutos, com exceção da Presidente da Câmara que disporá do tempo necessário para a sua intervenção e resposta aos membros do executivo.
4. O tempo de duração do período antes da ordem do dia não deverá exceder 60 minutos.

Artigo 5º

Objeto das deliberações

A Câmara Municipal só deliberará sobre assuntos previamente incluídos na ordem do dia.

Artigo 6º

Ordem do dia

1. A ordem do dia é estabelecida pela Presidente da Câmara.
2. A ordem do dia, ou agenda da reunião, é constituída pelos assuntos, devidamente numerados e pelas respetivas propostas de deliberação, que deverão ser explícitas e fundamentadas, pelos elementos do órgão executivo.
3. A ordem do dia será enviada a todos os membros, sempre que possível por correio eletrónico, com a antecedência sobre a data de início da reunião de, pelo menos, 2 dias úteis.



Regimento da Câmara Municipal de Abrantes

Artigo 7º

Disponibilização de documentos

1. Os documentos que habilitem a participação na discussão das matérias constantes da ordem do dia são disponibilizados aos membros do executivo em formato digital, na intranet da Câmara Municipal, mediante acesso reservado com nome de utilizador e palavra passe.
2. Os membros do executivo devem acautelar a utilização correta dos documentos disponibilizados.

Artigo 8º

Informações aos vereadores

As informações aos senhores vereadores, sobre qualquer assunto, são solicitadas à Presidente da Câmara e por ela prestadas, sendo que poderão necessitar da intervenção dos serviços, mas em qualquer caso, com respeito pelos prazos legais.

Artigo 9º

Gravação das reuniões

1. As reuniões de câmara são gravadas em áudio, sendo essa gravação um elemento interno de trabalho, destinado a auxiliar na elaboração da respetiva ata, não podendo ser usado para outros fins que não este. Finda a sua finalidade, a gravação deverá ser destruída, uma vez que só a ata, enquanto documento oficial e autêntico de carácter solene, faz prova plena do que oralmente decorreu na reunião.
2. A Câmara Municipal poderá, contudo, deliberar outras formas de gravação ou de transmissão das reuniões.

Artigo 10º

Ata e aprovação da ata

1. De cada reunião, é lavrada a ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes ou ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas, bem como a forma e o resultado das respetivas votações.
2. As declarações de voto e ou outras intervenções que os membros do executivo pretendam que constem na ata, devem ser entregues por escrito ou ditadas

Regimento da Câmara Municipal de Abrantes

para a ata para que possam ser, sempre que possível, transcritas nos exatos moldes em que foram proferidas.

3. As declarações de voto e outras declarações ou documentos entregues na reunião são, em regra, transcritos na ata. No entanto, sempre que não se mostre adequado ou viável, serão os mesmos anexados à ata respetiva.
4. Quanto às propostas de deliberação dos vereadores em regime de não permanência, quando entregues na reunião de câmara, será feita uma referência na ata à entrega da mesma para agendamento, sendo o seu conteúdo incluído na ordem de trabalhos da reunião onde a mesma seja discutida.
5. A ata é lavrada pelo secretário da reunião, devidamente designado para esse efeito.
6. No final da reunião o conteúdo deliberativo é aprovado, ficando apenas as intervenções do público e do executivo sujeitas à aprovação no início da reunião de câmara seguinte.

Artigo 11º

Impedimento de participação na discussão e votação

Atendendo a que, nos termos do nº 6 do artigo 55º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros que se encontrem ou considerem impedidos, deverá ser o membro do executivo, sempre que considere incorrer numa das causas de impedimento previstas no artº 44º do Código do Procedimento Administrativo, a fazer essa indicação expressa e a tomar a iniciativa de se ausentar da sala.

Artigo 12º

Reuniões extraordinárias

1. O referido nos artigos anteriores aplica-se, com as necessárias adaptações, às reuniões extraordinárias, com exceção do referido no número seguinte.
2. Nas reuniões extraordinárias não haverá lugar ao período de intervenção aberto ao público, nem ao período antes da ordem do dia.



Regimento da Câmara Municipal de Abrantes

Artigo 13º

Comunicações por correio eletrónico

Sempre que possível, será dada preferência à utilização de correio eletrónico nas comunicações com os elementos do órgão executivo.

Artigo 14º

Faltas

1. As faltas dadas a uma reunião deverão, sempre que possível, ser previamente comunicadas à Presidente da Câmara e justificadas, por escrito na reunião seguinte.
2. A apreciação das justificações compete à Câmara Municipal,

Artigo 15º

Entrada em vigor

O presente regimento deve entrar em vigor na reunião de câmara seguinte à da sua aprovação, mantendo-se em vigor até ao final do mandato 2013-2017.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2013/10/21

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tip	Número	Data			Número	Tip	Data
06.04	10000342	2010/08/23	LICORR	10001495	2010/08/23					
T O R										
13000230 DES 2013/10/15										

*** processado por computador ***
*** sistemas infojuie ***

```
*** processado por computador ***
*** sistemas InforJue ***
```